

## **Dinâmicas Territoriais de Evolução do Emprego em Portugal (1985-2005)**

Iva Pires\*, Flávio Nunes\*\*

### **Resumo**

Decorridas que estão duas décadas do momento da adesão de Portugal à União Europeia e, por conseguinte, do lançamento do desafio da convergência de Portugal aos níveis médios de desenvolvimento europeu, importa avaliar as mudanças estruturais registadas ao longo deste período, especialmente ao nível do processo de reestruturação e modernização do sistema produtivo nacional. Com esta comunicação far-se-á uma análise do sentido de evolução do modelo económico português, a partir de meados da década de 1980, com o objectivo de conhecer como a estrutura empresarial nacional se tem reajustado face aos desafios do processo de globalização económica e de acréscimo da concorrência internacional que resulta da liberalização dos fluxos financeiros e de comércio.

Tirando partido da base de dados do MTSS, que fornece informação sobre emprego e empresas ao nível do concelho, o nosso objectivo é tentar perceber como evoluiu a estrutura da população activa e a relação entre os três principais sectores de actividade bem como quais foram as dinâmicas territoriais associadas a este processo de adaptação. Os aspectos mais salientes destas duas primeiras décadas de integração europeia foram, por um lado, o processo de desindustrialização, traduzido no recuar da fronteira da área de especialização industrial que ficou mais confinada a concelhos do litoral Norte e Centro, e, por outro lado, a afirmação do sector terciário na estrutura do emprego. Contudo este processo de terciarização, transversal ao território nacional, caracteriza-se por uma clara diferenciação interna, pois tendo sido o terciário menos qualificado, nomeadamente o comércio, a actividade que mais cresceu em termos de empresas e que emprega mais trabalhadores, foram os serviços às empresas as actividades terciárias que mais novos empregos geraram no período em análise.

### **Abstract**

Two decades after Portuguese EU accession its time to evaluate the main structural changes that occurred during this period. The aim of this paper is to analyze how the

---

\* Prof.<sup>a</sup> Auxiliar no Departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (im.pires@fcsh.unl.pt).

\*\* Prof. Auxiliar no Departamento de Geografia da Universidade do Minho (flavionunes@geografia.uminho.pt).

Portuguese economy has evolved since the mid 80's in order to understand how its corporate structure is readjusting to meet the challenges of economic globalization and increased competition that comes from trade and financial liberalization.

Taking advantage of the MTSS database, which displays information on employment and firms by municipality, our aim is to analyze how changed the structure of the active population and the relationship between the three main activity sectors (agriculture, manufacturing and services) and the corresponding territorial dynamics associated with this adjustment process.

The most striking features of these first two decades of European integration were on the one hand, the process of deindustrialization, observed in the declining number of municipalities specialised in manufacturing activities, that has become confined to North and Central coast, and, secondly, the affirmation of the tertiary sector in the structure of employment. However this process of tertiarization is characterized by a clear internal differentiation. The less qualified tertiary activities, particularly retail trade, were the ones that grew most in terms of enterprises, while business activities were the ones that have been creating more jobs during this period.

## **1. Introdução**

Face à necessidade de enfrentar o desafio da integração em contextos de mercado mais amplos, onde é crescente a concorrência com economias mais desenvolvidas e competitivas, Portugal tem vindo a beneficiar da aplicação de fundos nacionais e comunitários diversos para a modernização e internacionalização da sua estrutura produtiva (por exemplo: PEDIP I e II, SIFIT, PAIEP, PRIME), assim como para a criação de infra-estruturas e projectos estruturantes ao aprofundamento das relações comerciais no contexto do mercado único europeu e no contexto da lógica concorrencial do mercado global. Esses investimentos têm visado, em última análise, um progressivo afastamento do modelo desajustado de crescimento económico delineado na década de 1960, com a integração na EFTA (*European Free Trade Association*) e enfatizado na década de 1980 nos primeiros anos que se seguiram à entrada na CEE, e que se caracterizava por explorar vantagens associadas a mão-de-obra intensiva, pouco qualificada e de baixos custos salariais.

Passadas que estão as duas primeiras décadas de adesão de Portugal à UE (União Europeia) são prementes os exercícios que procurem avaliar um processo de integração que apesar de ser globalmente positivo, parece contudo ter ficado aquém das expectativas e do que seria

necessário, em especial se compararmos o nosso percurso com o do outro país ibérico e mesmo com o dos outros países da Coesão.

Por um lado, contrastando com os primeiros anos de adesão durante os quais se verificou uma significativa aproximação à média comunitária, entre 1998 e 2001 não se registaram progressos de convergência real tendo o PIB *per capita* estabilizado em torno dos 72% da média comunitária enquanto o nível de produtividade do trabalho se mantém dos mais baixos da UE15 e mesmo de muitos dos novos EM (Estados Membros), apesar dos progressos observados durante a década de 90 que, contudo, não foram suficientes para nos aproximar da média comunitária (Proença, *et al.*, 2003; OECD, 2006). Por outro lado, os sentidos para que aponta a evolução recente da economia nacional são, em alguns dos casos, contraditórios (Reis, 2007). Assim, apesar do contexto de globalização o espaço geográfico em que a economia portuguesa assenta as suas trocas é cada vez menor, como mostra o peso das trocas com a Espanha e o reforço de um espaço de contiguidade; por sua vez a economia terciarizou-se mas isso resulta do papel central do Estado e dos serviços que ele fornece; para além disso e apesar do elevado dinamismo do mercado financeiro internacional Portugal recebe cada vez menos investimento estrangeiro ao mesmo tempo que investe sobretudo em países não-Europeus (Reis, 2007).

É face ao desafio mais geral de avaliar as particularidades deste processo de integração, que se desenvolveu este estudo, essencialmente empírico, cujo objectivo central consiste em conhecer o ritmo se tem processado a desejada modernização/adaptação da estrutura produtiva nacional no período pós-adesão, procurando identificar não apenas os sectores empresariais mas também os contextos territoriais que mais têm participado nesse processo. Ou seja, com recurso a análises estatísticas e cartográficas pretende-se detectar as localidades que mais têm reajustado o seu perfil de especialização produtiva no sentido do reforço dos sectores empresariais com maior capacidade de gerar riqueza e de criar valor acrescentado e que, por esta via, mais têm contribuído para o reforço da produtividade/competitividade da economia nacional e para o seu processo de convergência com os níveis médios de desenvolvimento da UE.

Face à preocupação de caracterizar a estrutura empresarial portuguesa numa perspectiva evolutiva, este estudo suporta-se, exclusivamente, na análise do Ficheiro de Empresas do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (uma base de dados designada por Quadros de Pessoal). Este ficheiro é actualizado anualmente, desde 1985, com informação resultante da entrega de inquéritos de resposta obrigatória por todas as empresas<sup>1</sup> portuguesas com pelo menos um trabalhador por conta de outrem. Não é assim uma base de dados exaustiva pois ficam de lado quer empresas em nome individual sem trabalhadores por conta de outrem, que podem ter algum significado no sector dos serviços, quer empresas que utilizam apenas

---

<sup>1</sup> Importa, desde já, distinguir empresa de estabelecimento, sendo que empresa é uma entidade económica (pessoa colectiva ou singular, no caso dos empresários em nome individual) constituída por uma sede social, podendo possuir estabelecimentos com localizações diversas que produzem exclusiva ou principalmente um grupo homogéneo de bens ou serviços.

trabalhadores familiares não remunerados, situação que apesar de ser cada vez menos frequente pode excluir do universo a pequena indústria familiar. Contudo, esta base de dados é uma das fontes de informação mais utilizada para monitorizar as alterações na estrutura das actividades económicas, em termos do tipo de empresas, da sua dimensão, da sua localização ou das características dos seus trabalhadores.

## 2. A evolução da estrutura empresarial portuguesa no período pós-adesão

Com quase 400 mil estabelecimentos empresariais em 2005 Portugal, ao longo das últimas duas décadas, mais do que triplicou o número de unidades existentes antes da adesão à actual UE (Tabela 1). Nestas duas décadas surgiram, em média, um pouco mais de 14 mil estabelecimentos em cada ano. Porém, importa referir que esta vitalidade recente da estrutura empresarial portuguesa foi acompanhada por um processo gradual de diminuição da dimensão média das unidades funcionais, uma vez que, em termos globais, assistiu-se neste período a uma redução para metade do número médio de pessoas ao serviço por estabelecimento (de 16 para 8). A existência em 2005, em média, de 8 pessoas por estabelecimento (9 por empresa), demonstra uma tendência progressiva para o reforço da importância das pequenas e médias empresas na performance da economia nacional, tendência que é transversal a todos os ramos de actividade. A redução da dimensão média das empresas foi o resultado de uma taxa de variação do número de empresas muito superior à observada para o emprego, pois mesmo tendo o emprego crescido nestas duas décadas isso aconteceu com um dinamismo muito inferior àquele que caracterizou a criação de novas empresas.

Tabela 1. Caracterização da estrutura empresarial portuguesa em 1985 e 2005

	1985	2005	1985-2005	
			variação absoluta	variação relativa
Estabelecimentos	114.481	394.598	280.117	245 %
Pessoas ao serviço	1.842.801	3.072.016	1.229.215	67 %
Pessoas ao serviço por estab.	16	8	-8	-50 %

Fonte: Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

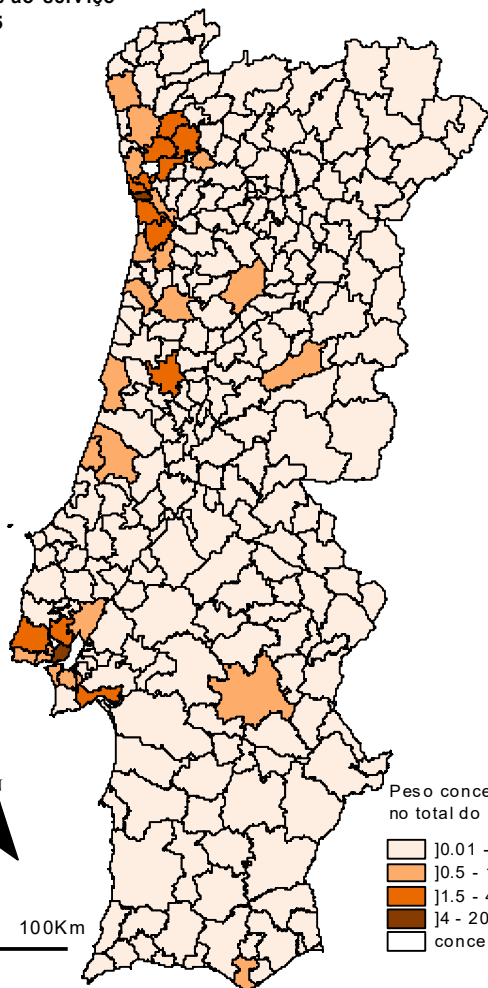
O padrão actual de repartição geográfica dos estabelecimentos empresariais em Portugal reproduz, grosso modo, as lógicas hierarquizantes de organização espacial que caracterizavam a geografia económica de Portugal (Figura 1), tendo-se sobretudo verificado um adensar do padrão de distribuição que já estava delineado em meados da década de oitenta. Persistindo, num primeiro nível, a atractividade empresarial dos concelhos mais centrais das duas áreas metropolitanas (Lisboa/Sintra e Porto/Vila Nova de Gaia); num segundo nível, a polarização da actividade económica em torno das duas principais formações urbano-metropolitanas, segundo um padrão de maior concentração no caso de Lisboa e de maior difusão no caso do Porto; e num terceiro nível, a importância de algumas cidades médias na concentração da iniciativa empresarial (Leiria, Coimbra, Viseu e Aveiro).

As duas décadas do processo de integração europeia foram, contudo, responsáveis por algumas variações no padrão de repartição espacial destas actividades que, embora pontuais e muito localizadas, trouxeram algumas recomposições ao mapa económico do país. Por um lado, importa salientar a emergência e afirmação do eixo urbano algarvio, de onde se destaca o dinamismo da aglomeração urbana Faro-Loulé. Por outro lado, evidenciaram-se algumas alterações entre 1985 e 2005 no *ranking* dos municípios com maior concentração de estabelecimentos empresariais, nomeadamente as descidas de Coimbra (que passa da 6<sup>a</sup> para a 11<sup>a</sup> posição); do Funchal (da 8<sup>a</sup> para a 18<sup>a</sup> posição) e Setúbal (da 15<sup>a</sup> para a 26<sup>a</sup> posição), tendo sido, por sua vez, as subidas mais expressivas protagonizadas por Leiria (passou da 18<sup>a</sup> para a 6<sup>a</sup> posição) e por Barcelos (da 32<sup>a</sup> para a 14<sup>a</sup> posição). Em relação ao exterior da área demográfica e economicamente mais dinâmica, sobretudo o sistema urbano litoral que se estende de Viana do Castelo a Setúbal, parece assinalar-se uma tendência que aponta para uma concentração do dinamismo empresarial num grupo muito restrito de cidades médias no interior do país (Évora, Castelo Branco, Guarda, Bragança e Chaves), a que se junta também Ponta Delgada nos Açores e Funchal, na Madeira. Estas destacam-se cada vez mais num interior que se esvazia de população e de actividades económicas.

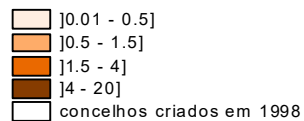
Algumas destas alterações no tecido produtivo têm sido responsáveis por reposicionamentos assinaláveis na distribuição espacial da mão-de-obra (Figura 1). Por exemplo, se Coimbra viu decrescer o peso concelhio das suas pessoas ao serviço no total do país, por sua vez Leiria reforçou a sua capacidade atractiva de emprego, tendo conseguido criar quase 30 mil novos postos de trabalho ao longo destes 20 anos, o que foi responsável para que passasse a representar mais de 1,5% do emprego nacional (em 1985 agregava apenas 0,9% do emprego do país).

Figura 1. Repartição espacial das pessoas ao serviço em 1985 e 2005, por concelho

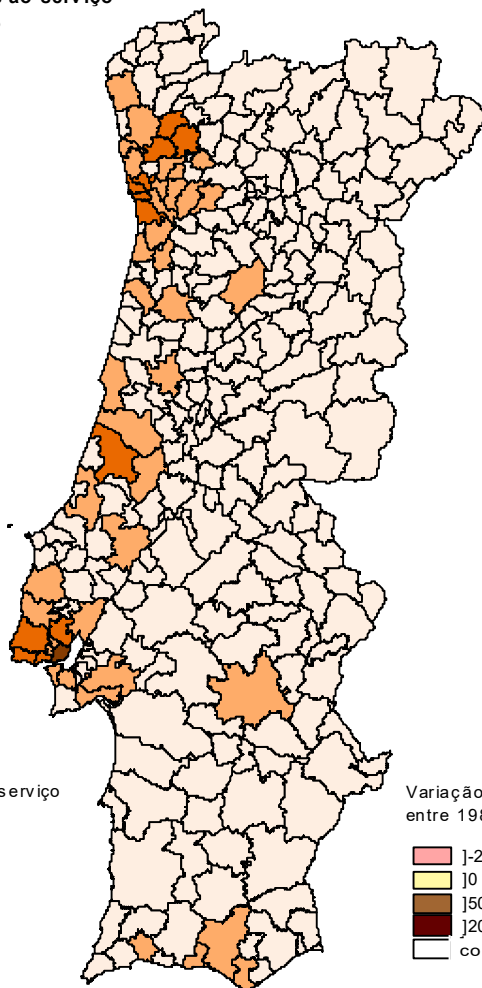
Pessoas ao serviço em 1985



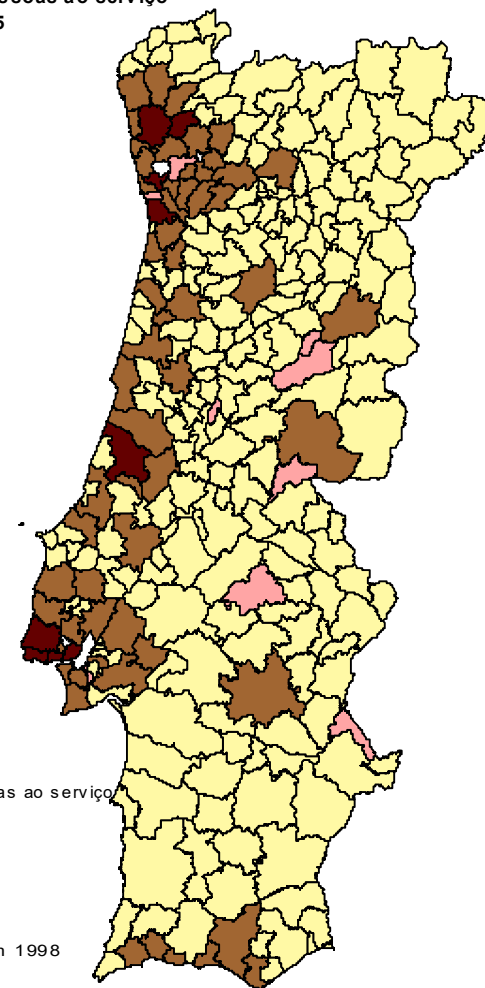
Peso concelho das pessoas ao serviço no total do país (%)



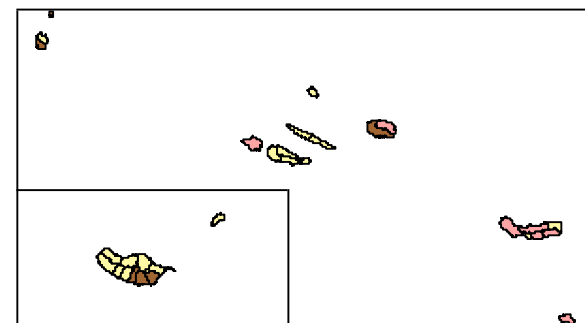
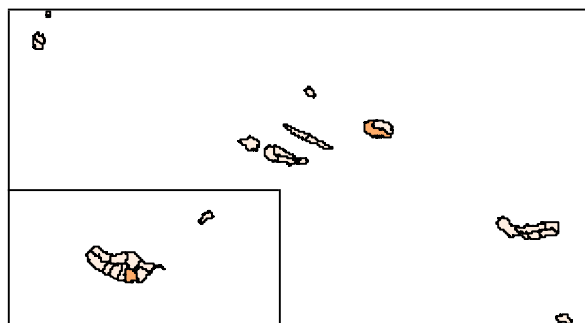
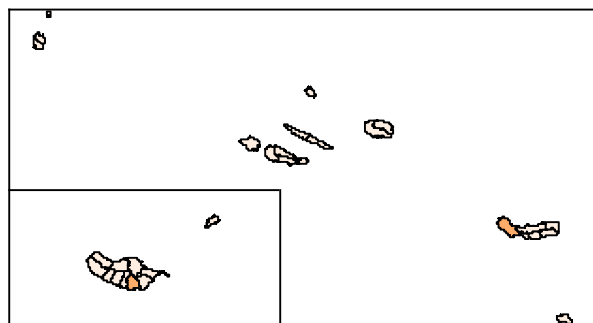
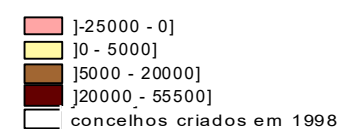
Pessoas ao serviço em 2005



Evolução das pessoas ao serviço entre 1985 e 2005



Varição absoluta das pessoas ao serviço entre 1985 e 2005



Se considerarmos apenas a lista dos 10 concelhos mais representativos na retenção de emprego percebem-se alterações que vão no sentido do reforço das duas formações urbano-metropolitanas (Tabela 2). O único concelho que não lhes pertencia, Coimbra, sai dessa lista para dar entrada a concelhos como Oeiras, Maia e Braga. Apesar disso o processo de concentração de emprego não se acentua (os 10 principais concelhos agrupam agora uma proporção do emprego inferior à registada em 1985), simplesmente porque se assistiu a uma dispersão para concelhos mais periféricos das duas principais áreas metropolitanas, em especial no caso da AMP (Área Metropolitana do Porto).

Tabela 2. Ranking dos concelhos pelo peso das pessoas ao serviço no total nacional, 1985 e 2005

Concelhos	1985		Concelhos	2005	
	Pessoas (%)	Estab. (%)		Pessoas (%)	Estab. (%)
Lisboa	19,9	18,5	Lisboa	12,7	8,6
Porto	7,8	7,8	Porto	4,0	3,5
Guimarães	2,9	1,4	Sintra	2,7	2,7
V. N. Gaia	2,7	1,9	Oeiras	2,5	1,5
Loures	2,4	2,5	V. N. Gaia	2,4	2,1
Matosinhos	2,4	1,5	Guimarães	2,0	1,6
Famalicão	2,0	1,0	Matosinhos	1,9	1,5
Santo Tirso	1,8	0,8	Braga	1,9	1,9
Sintra	1,8	2,0	Loures	1,7	1,6
Coimbra	1,7	1,8	Maia	1,6	1,2
<b>TOTAL</b>	<b>45,4</b>	<b>39,2</b>	<b>TOTAL</b>	<b>33,3</b>	<b>26,2</b>

Fonte: Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Assim, partindo da concentração de actividades económicas em torno do núcleo da AMP são visíveis quer o processo de expansão territorial para Norte, em direcção a Viana do Castelo, para Este (em direcção a Vila Real e ao longo do IP4), sobretudo em torno do eixo Paredes-Penafiel-Marco de Canavezes-Amarante, e também para Sul em direcção a Aveiro. Este processo foi, no entanto, acompanhado por uma perda substantiva de empregos na principal centralidade da conurbação do Norte Litoral<sup>2</sup>, ou seja o município do Porto, que se destaca no todo nacional como aquele que perdeu mais empregos desde 1985 (um decréscimo de quase 22 mil trabalhadores)<sup>3</sup>. Esta perda pode explicar-se por um processo de desindustrialização mais tardio do que aquele que aconteceu na AML (Área Metropolitana de Lisboa); em 1985, de entre os 12 principais grupos de actividade, as industriais eram ainda as principais empregadoras, mas a obsolescência de muitas dessas empresas industriais inseridas no tecido urbano portuense e a

<sup>2</sup> Designada no PNPOT (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território) como 'Arco Metropolitano do Porto' (MAOTDR, 2007, p. 146).

<sup>3</sup> O decréscimo de Santo Tirso só é explicável atendendo à perda estatística de cerca de 30 mil habitantes com a criação, em 1998, do município da Trofa.

especulação fundiária conduziram ao seu encerramento. A perda do emprego industrial aconteceu sobretudo no ramo do têxtil, vestuário e calçado (no concelho do Porto desapareceram quase 13 mil empregos nestas actividades no decurso dos últimos 20 anos), a qual não foi compensada pelo ritmo de crescimento de emprego no sector terciário.

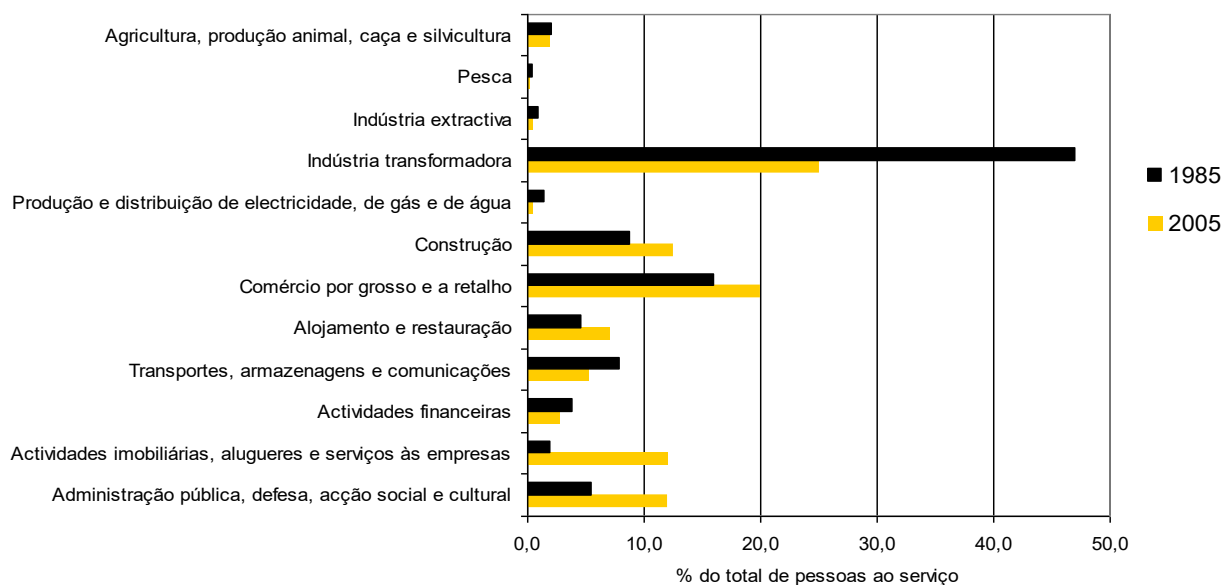
De entre os concelhos que viram decrescer o total das pessoas ao serviço, importa salientar também a situação da Covilhã que em 1985 era um dos poucos municípios do interior do país (juntamente com Viseu e Évora) com um peso assinalável no total do emprego do país, situação que se altera por completo no decurso das últimas duas décadas, tornando-se um concelho perdedor de postos de trabalho. A rápida perda de competitividade das indústrias que compunham a sua base económica (têxtil, vestuário e calçado), e que tinham crescido na década de oitenta associadas à chegada de capital estrangeiro para explorar mão-de-obra jovem e de baixo custo, justifica essa evolução e a sua integração no reduzido grupo de concelhos “perdedores”.

Ao nível da evolução das pessoas ao serviço pelos sectores de actividade, os últimos 20 anos proporcionaram uma inversão das posições ocupadas pelo sector secundário e terciário. Se antes da adesão à actual União Europeia o sector secundário empregava cerca de 3/5 do total das pessoas ao serviço e o sector terciário 2/5, actualmente estas posições estão invertidas. De acordo com a base de dados em análise foi precisamente a meio deste período (em 1995) que o sector terciário passou a ser o mais expressivo em termos de emprego, para o que contribuiu, sobretudo, a criação de postos de trabalho nos serviços às empresas, seguido pelo dinamismo das actividades comerciais, e pelas que estão relacionadas com a administração pública, defesa, acção social e cultural.

Por outro lado, a integração na CEE também forçou um processo de alteração estrutural ao nível da composição do tecido económico português (Figura 2). Destaca-se o acentuado declínio da indústria transformadora, que neste período perdeu perto de 100 mil trabalhadores, sendo que esta regressão do emprego industrial ficou a dever-se sobretudo à crise generalizada dos sectores “maduros” (como a química de base, a construção e reparação naval ou a siderurgia) em contextos de progressiva internacionalização da economia (Vale, 2006, p. 214). No entanto, refira-se que é ainda o grupo de actividades que agrega o maior número de empregados (cerca de 1/4), o que atesta o nível bastante incipiente de diversificação da actividade económica vigente em 1985, ano em que a indústria transformadora era responsável por quase metade do emprego do país. Outras actividades perdedoras de emprego foram as indústrias extractivas, e sobretudo as actividades relacionadas com a produção e distribuição de electricidade, gás e água, que viram reduzir-se para aproximadamente metade os seus efectivos de 1985. Em todas elas a produtividade cresceu de forma significativa embora se mantenha ainda com valores inferiores aos da média comunitária.



Figura 2. Peso dos grupos de actividade em função das pessoas ao serviço, 1985-2005



Fonte: Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

As actividades em que o emprego mais cresceu, em termos relativos e absolutos, foram os serviços e, dentro destes, os serviços às empresas onde se incluem, entre outras, actividades de consultoria (fiscal, empresarial e de gestão), o marketing e a publicidade, os serviços informáticos e os estudos de mercado, serviços fundamentais para apoiar as actividades económicas nos processos de inovação, de melhoria de eficiência, de internacionalização e para lidar com as incertezas de mercado. Todavia e embora a terciarização seja um traço importante do quadro económico actual do país, esta apresenta-se ainda abaixo da média europeia<sup>4</sup> (MAOTDR, 2007), o que remete claramente para uma modernização incompleta, a que Cabrita (2005, p. 169) apelida de “modernização não emancipatória da sociedade portuguesa”.

Os distintos ritmos de crescimento do emprego observados nestas duas décadas pelos vários ramos de actividade alteraram a estrutura da população activa (Figura 2). No do sector secundário, o forte declínio do peso do emprego na indústria transformadora foi equilibrado pelo reforço do peso da construção civil; no caso do sector terciário, o comércio mantém-se como o ramo com maior peso e reforça mesmo essa posição, a Administração Pública, defesa e acção social e cultural passam a representar 12% da população activa mas em segundo lugar colocam-se agora as actividades imobiliárias e os serviços às empresas, configurando uma tendência de evolução muito positiva para a economia portuguesa.

<sup>4</sup> Veja-se, por exemplo, que Portugal era em 2002 o país da União Europeia com a proporção mais baixa de emprego nos serviços intensivos em conhecimento (19,3%), um valor muito inferior aos outros países da coesão: Irlanda (33,4%); Espanha (25,5%) e Grécia (22,7%) (Strack, 2003, citado em Valente, 2005, p. 11).

### 3 Dinâmicas Territoriais da Evolução do Emprego

A identificação, por concelho, do sector de actividade dominante em termos de emprego permite verificar como o processo de terciarização do país estava, também numa perspectiva geográfica, atrasado em meados dos anos 80 (Figura 3). Nessa data o sector secundário era o dominante em mais de 2/3 dos municípios (204), sendo o mais expressivo inclusivamente em muitos daqueles onde se localizam os principais centros urbanos do país, pelo que não existia ainda a relação terciarização-urbanização que é bem visível actualmente<sup>5</sup> (apenas em Lisboa e no Porto os serviços eram já dominantes). Por outro lado, em 1985 as actividades do sector primário eram ainda as principais empregadoras em 22 municípios, sobretudo no Alentejo<sup>6</sup>.

No entanto, em 20 anos a situação alterou-se profundamente. A área predominantemente industrial do país restringe-se territorialmente e está agora limitada, grosso modo, ao Norte Litoral, a latitudes superiores a Coimbra, sendo hoje clara a generalização da concentração do emprego nos serviços para a grande parte dos municípios portugueses. Este cenário actual foi atingido sobretudo por duas vias, a principal refere-se aos municípios cujo sector dominante transitou do secundário para o terciário, a segunda via refere-se aos municípios que transitaram directamente de uma economia agrária para uma economia dos serviços, ‘pulando’ assim a fase da industrialização<sup>7</sup>.

Prosseguindo a análise evolutiva das actividades económicas mais dominantes no emprego concelhio, embora já não pelos 3 sectores mas pelos 12 grupos de actividades considerados neste estudo, detectam-se algumas tendências de transformação que importa aqui salientar (Figura 4). Por um lado, a importância que o sector da construção passou a assumir enquanto principal empregador concelhio, sobretudo no Algarve e numa espécie de anel que, grosso modo, circunda a Norte e a Este a conurbação do Norte Litoral, também designada por Arco Metropolitano do Noroeste. Por outro lado, a constatação de um processo de terciarização pouco exigente em mão-de-obra qualificada e na incorporação de conhecimento enquanto principal factor de produção. Uma tendência perceptível pela reorientação funcional de muitos concelhos do interior do país no sentido do predomínio das actividades da administração pública, defesa e acção social e cultural (nestes 20 anos passou-se de 2 para quase 50 municípios onde estas actividades são as principais empregadoras). Enquanto que, nos municípios onde se encontram algumas das principais cidades (como Bragança, Mirandela, Chaves, Peso da Régua, Vila Real, Matosinhos, Porto, Viseu, Coimbra, Évora ou Beja) a terciarização fica sobretudo a dever-se à relevância assumida pela actividade comercial.

---

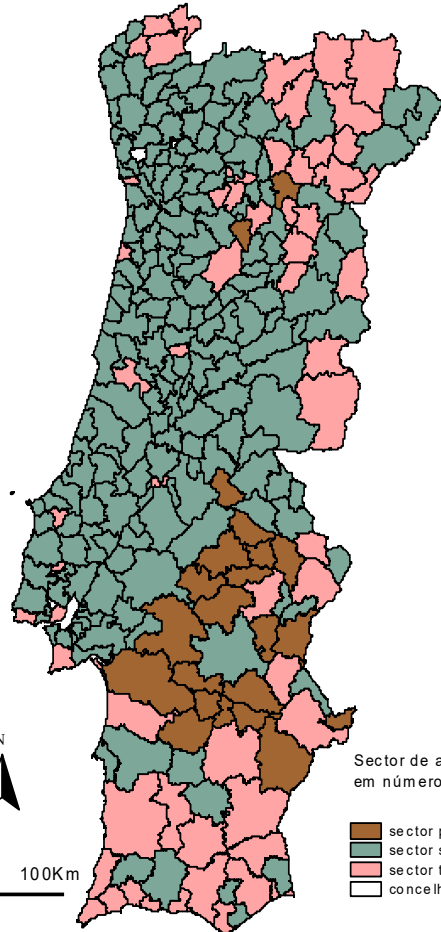
<sup>5</sup> Veja-se como, em 2005, no seio da mancha industrial do Norte e Centro Litoral português, se distinguem como espaços de terciarização os municípios com maiores índices de urbanização, não só o Grande Porto, como também Viana do Castelo, Braga, Póvoa de Varzim, Aveiro, Viseu ou Coimbra.

<sup>6</sup> Em 2005 existem apenas 3 municípios durienses (Santa Marta de Penaguião, Sabrosa e São João da Pesqueira) em que as actividades agrícolas dominam o emprego local.

<sup>7</sup> Dos concelhos alentejanos que eram predominantemente agrários em 1985, em apenas 3 deles (Avis, Redondo e Alandroal) não se verificou este ‘*by-pass*’ dos sectores de actividade, na medida em que actualmente as actividades do sector secundário são as principais empregadoras.

Figura 3. Repartição espacial do sector de actividade dominante em 1985 e 2005, por concelho

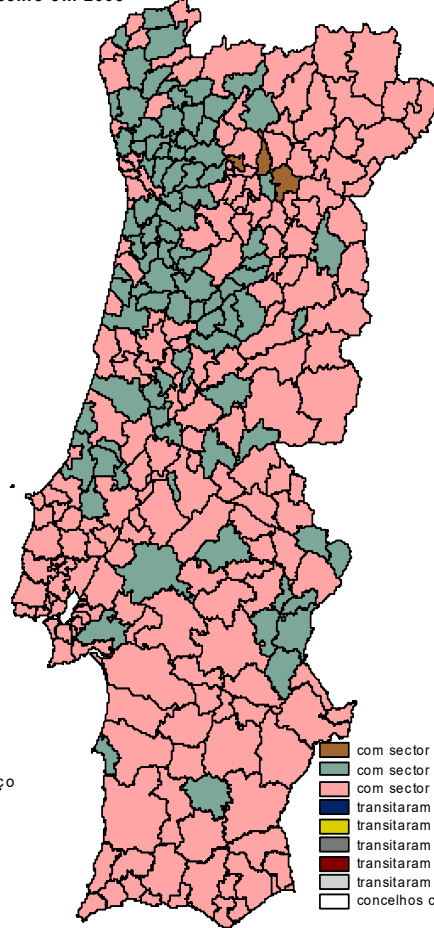
Sector de actividade dominante por concelho em 1985



Sector de actividade dominante em número de pessoas ao serviço

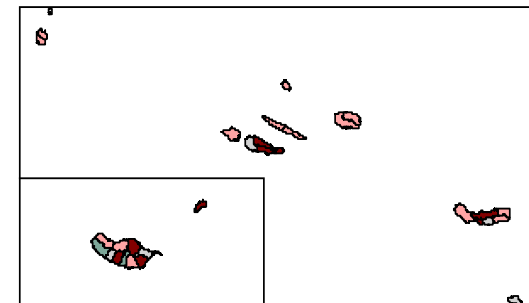
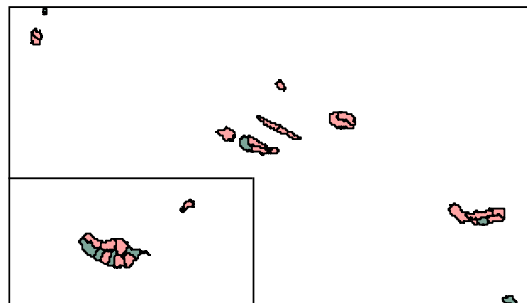
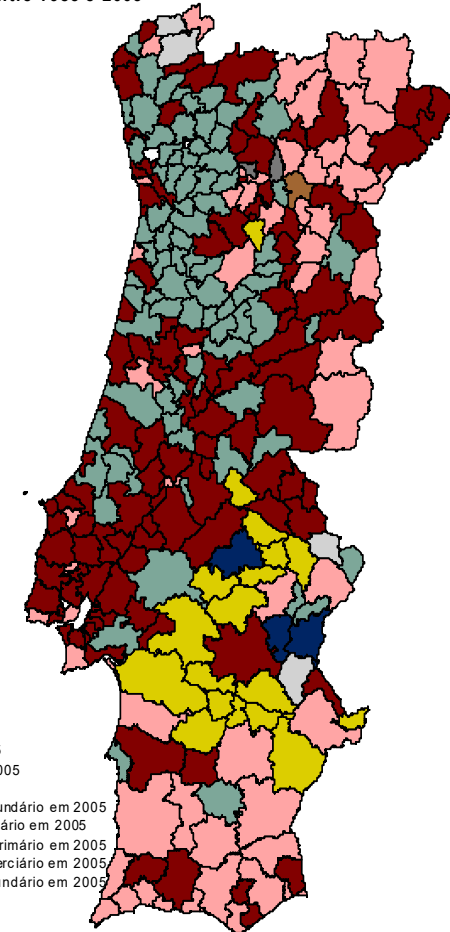
- sector primário
- sector secundário
- sector terciário
- concelhos criados em 1998

Sector de actividade dominante por concelho em 2005



- com sector primário dominante em 1985 e em 2005
- com sector secundário dominante em 1985 e em 2005
- com sector terciário dominante em 1985 e em 2005
- transitaram do sector primário em 1985 para o secundário em 2005
- transitaram do sector primário em 1985 para o terciário em 2005
- transitaram do sector secundário em 1985 para o primário em 2005
- transitaram do sector secundário em 1985 para o terciário em 2005
- transitaram do sector terciário em 1985 para o secundário em 2005
- concelhos criados em 1998

Transição de sectores de actividade dominante, por concelho, entre 1985 e 2005



Para realçar esta terciarização pouco contributiva na criação de valor acrescentado e no reforço da competitividade da economia, refira-se que são apenas 3 os concelhos metropolitanos (Lisboa, Oeiras e Setúbal) onde os serviços às empresas de maior valor acrescentado dominam o emprego local, sendo que nenhum deles está localizado no Norte do país, onde se encontra a principal área industrial. Nem mesmo a principal centralidade urbana do Norte Litoral, a cidade do Porto, assumiu esta vocação, o que indicia que estamos ainda perante uma área industrial que, apesar de fortemente exportadora, é fraca consumidora de serviços especializados o que revela ainda um perfil tradicional nas suas estratégias de gestão empresarial<sup>8</sup>.

Por fim, a repartição espacial dos municípios cujo emprego permaneceu concentrado no mesmo tipo de actividades ao longo destas duas décadas, revela como os processos de reorientação funcional da base produtiva local estiveram sobretudo em marcha no Sul do país e no Norte Interior. Os municípios menos receptivos à alteração do seu perfil funcional parecem ser sobretudo aqueles onde dominavam em 1985 as actividades da indústria transformadora, continuando estas ainda a assumir, em muitos contextos territoriais, o papel de principais empregadoras apesar do assinalável decréscimo do número de pessoas ao serviço. Esta realidade foi também detectada através do cálculo dos índices de especialização económica por Nut's 3 (Tabela 3). Através desse exercício constatou-se inclusivamente como algumas sub-regiões fortemente industrializadas (Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga) reforçaram os seus índices de especialização nas indústrias transformadoras, para além de outras (Cavado e Baixo Vouga) em que se assistiu mesmo a uma alteração da sua especialização económica, no sentido do reforço do peso nacional do seu emprego neste tipo de actividades.

As alterações nos perfis de especialização económica das Nut's 3 têm-se feito também em dois outros sentidos. Por um lado, no sentido do grupo das actividades relacionadas com a administração pública, defesa e acção social e cultural, que em 1985 não representava a especialização económica de nenhuma NUT 3, mas que em 2005 já o fazia em 3 sub-regiões do interior do país (Alto Trás-os-Montes, Beira Interior Norte e Cova da Beira). Por outro lado, as actividades do sector primário, em torno das quais se encontram especializadas todas as Nut's 3 do Atentejo (embora aí os índices de especialização denotem uma tendência descendente em virtude de uma maior

---

<sup>8</sup> Entre 1985 e 2005 o índice de especialização mostra apenas um ligeiro reforço deste tipo de actividades no Grande Porto (Tabela 3).

Figura 4. Repartição espacial do grupo de actividade dominante em 1985 e 2005, por concelho

Grupo de actividade dominante por concelho em 1985

Grupo de actividade dominante por concelho em 2005

Transição de grupo de actividade dominante, por concelho, entre 1985 e 2005

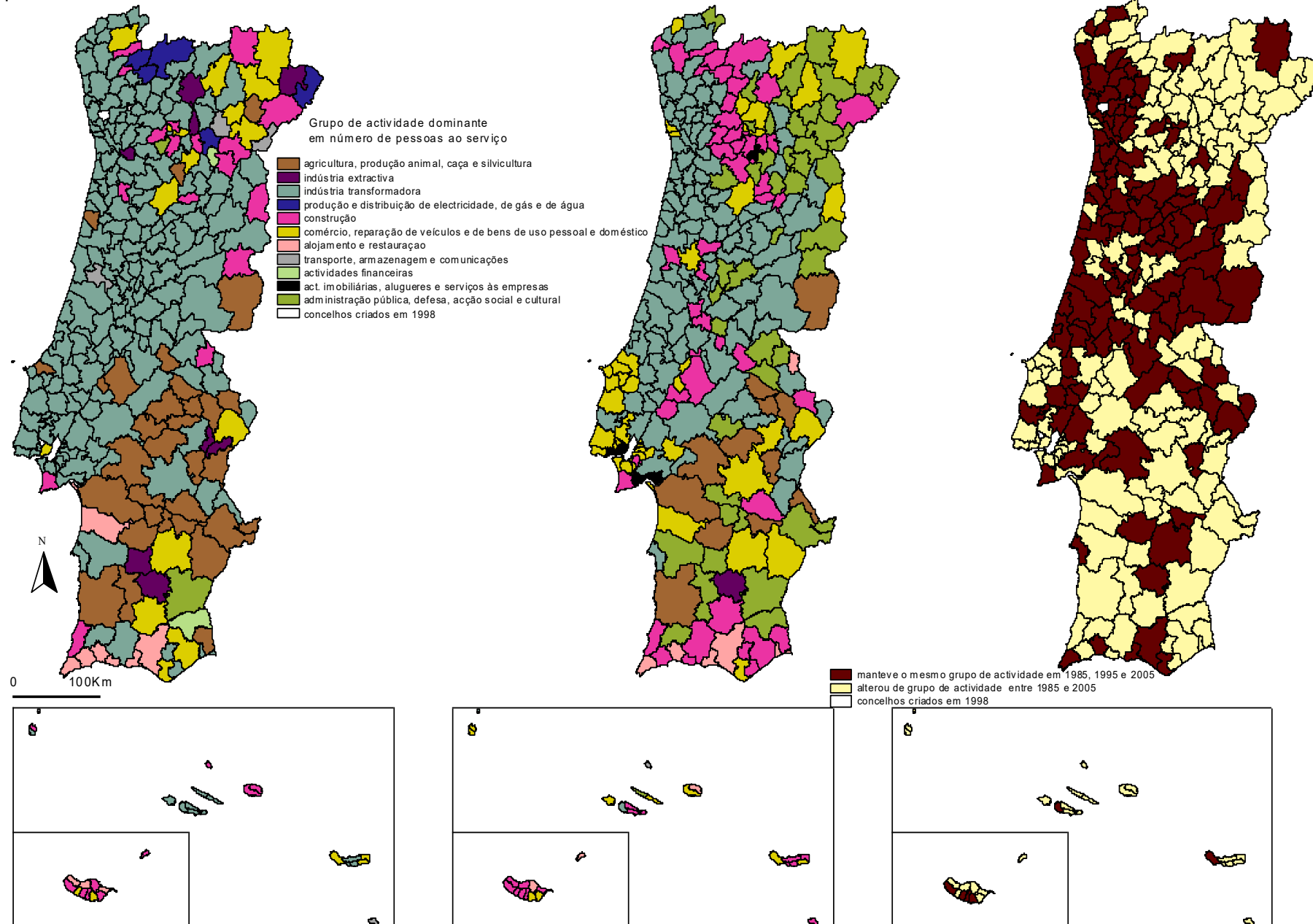


Tabela 3. Evolução dos índices de especialização económica das NUT's 2 e 3 de Portugal, entre 1985 e 2005

	Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	Indústria extractiva e transformadora	Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	Construção	Comércio por grosso e a retalho	Alojamento e restauração	Transportes, armazenagens e comunicações	Actividades financeiras	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços às famílias	Administração pública, defesa, acção social e cultural
<b>Norte</b>	0,3 0,8	1,3 1,5	0,8 0,8	1,0 1,0	0,8 0,9	0,5 0,6	0,6 0,7	0,7 0,7	0,7 0,7	0,5 0,9
Minho-Lima	1,7	1,2	0,7	1,5	0,9	0,8	0,6	0,6	0,3	1,1
Cávado	0,2	1,3	0,9	1,4	0,7	0,6	0,4	0,5	0,3	0,7
Ave	0,7	1,6	0,6	1,4	0,9	0,6	0,4	0,5	0,4	0,8
	0,2	1,8	0,5	0,7	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2
	0,3	2,3	0,7	0,7	0,7	0,4	0,3	0,4	0,3	0,6
Grande Porto	0,0	1,1	0,7	1,0	1,1	0,7	0,9	1,0	1,19	0,7
	0,4	1,0	1,0	0,8	1,1	0,9	1,1	1,1	1,20	1,0
Tâmega	0,3	1,5	1,4	1,3	0,4	0,2	0,4	0,3	0,1	0,3
	1,1	1,80	0,6	1,77	0,7	0,3	0,4	0,4	0,2	0,6
Entre Douro e Vouga	0,8	1,7	0,4	0,7	0,3	0,1	0,2	0,3	0,2	0,2
	0,3	2,3	0,3	0,7	0,7	0,3	0,5	0,4	0,4	0,6
Douro	1,7	0,5	1,9	2,2	1,2	0,7	1,2	0,8	0,2	1,1
	6,1	0,5	1,9	1,2	1,0	0,8	0,7	0,8	0,6	1,6
Alto Trás-os-Montes	0,4	0,8	1,4	1,5	1,1	1,0	1,3	1,3	0,3	0,8
	0,8	0,6	1,4	1,4	1,2	1,1	0,7	1,0	0,4	1,9
<b>Centro</b>	1,3	1,2	1,1	0,9	0,9	0,6	0,7	0,7	0,4	0,8
	1,23	1,24	0,9	1,1	1,0	0,8	0,9	0,6	0,5	1,1
Baixo Vouga	1,1	1,4	0,6	0,8	0,6	0,4	0,5	0,5	0,4	0,5
	0,9	1,8	0,4	0,6	0,9	0,7	0,7	0,6	0,5	0,9
Baixo Mondego	1,0	0,9	1,8	1,2	1,2	0,8	1,1	0,9	0,6	1,2
	0,8	0,8	1,24	0,9	1,1	0,9	1,21	0,7	1,0	1,3
Pinhal Litoral	0,5	1,43	0,2	0,7	0,8	0,4	0,4	0,6	0,3	0,5
	0,6	1,39	0,4	1,3	1,0	0,6	0,9	0,6	0,6	0,8
Pinhal Interior Norte	0,5	1,2	1,5	1,5	0,6	0,4	0,6	0,5	0,3	0,7
	1,2	1,3	1,0	1,6	0,8	0,5	0,8	0,6	0,2	1,3
Dão-Lafões	1,7	0,9	0,8	1,9	1,2	0,7	0,8	0,9	0,2	0,9
	1,3	1,1	0,5	1,4	1,0	0,8	0,9	0,6	0,4	1,2
Pinhal Interior Sul	0,7	1,2	0,8	0,6	0,6	0,3	1,6	0,7	0,0	0,9
	1,6	1,1	1,1	1,5	0,8	0,7	1,1	0,7	0,3	1,3
Serra da Estrela	0,2	1,5	3,8	0,7	0,3	0,3	0,3	0,4	0,0	0,6
	0,9	1,3	1,9	1,4	0,9	0,7	0,6	0,6	0,2	1,5
Beira Interior Norte	0,7	0,8	1,3	1,41	1,1	1,0	1,1	1,2	0,7	1,36
	1,0	1,0	1,49	1,2	0,9	0,9	1,2	0,8	0,4	1,54
Beira Interior Sul	2,9	1,0	0,7	1,1	1,0	0,6	1,1	0,9	0,2	1,0
	3,4	1,0	1,5	1,1	1,0	1,0	0,7	0,8	0,4	1,2
Cova da Beira	0,6	1,5	0,1	0,3	0,6	0,5	0,4	0,5	0,1	0,7
	1,1	1,3	1,1	1,0	1,0	0,8	0,6	0,6	0,3	1,4
Oeste	2,34	1,2	1,5	0,6	1,0	0,7	0,5	0,7	0,4	0,9
	2,29	1,1	1,0	1,1	1,1	0,8	1,2	0,6	0,5	0,9
Médio Tejo	1,1	1,17	1,0	0,9	0,8	0,6	1,20	0,5	0,3	0,9
	1,3	1,0	1,6	1,2	1,0	0,9	1,0	0,6	0,5	1,2
<b>Lisboa e Vale do Tejo</b>	0,4	0,7	1,0	0,9	1,3	1,3	1,5	1,5	1,8	1,5
	0,3	0,5	0,9	0,8	1,1	1,1	1,4	1,7	1,9	1,1
Grande Lisboa	0,2	0,6	1,0	0,9	1,3	1,4	1,7	1,7	2,00	1,7
	0,2	0,4	0,9	0,7	1,0	1,1	1,5	1,97	2,00	1,0
Península de Setúbal	1,0	1,3	1,1	0,9	0,8	0,8	0,7	0,4	0,5	0,8
	0,9	0,8	0,9	1,1	1,1	1,1	0,9	0,6	1,2	1,1
<b>Alentejo</b>	4,8	0,8	1,4	0,8	1,0	0,8	0,7	0,8	0,4	1,0
	4,8	0,9	1,2	1,0	1,0	0,9	0,8	0,7	0,5	1,2
Lezíria do Tejo	5,4	0,9	1,5	0,7	1,0	0,6	0,7	0,8	0,2	0,8
	3,3	1,1	0,7	1,0	1,1	0,7	1,1	0,6	0,6	0,9
Alentejo Litoral	5,38	0,8	1,7	1,6	0,6	2,1	0,6	0,6	1,1	1,1
	5,39	0,6	2,9	1,0	0,8	1,4	0,8	0,6	0,8	1,3
Alto Alentejo	5,4	0,7	1,3	0,5	1,0	0,9	0,7	0,9	0,4	1,3
	5,2	0,9	1,0	0,9	1,0	1,0	0,7	0,8	0,4	1,4
Alentejo Central	11,3	0,7	0,9	0,7	0,9	0,6	0,7	0,8	0,3	0,9
	5,3	0,9	0,8	1,0	0,9	1,0	0,6	0,8	0,5	1,2
Baixo Alentejo	12,2	0,4	1,8	0,5	1,2	0,5	1,0	1,1	0,2	1,5
	6,9	0,5	1,7	0,9	1,1	0,9	0,5	0,8	0,5	1,7
<b>Algarve</b>	1,5	0,4	0,6	1,5	1,2	1,1	1,2	1,0	1,3	1,0
	1,4	0,2	1,1	1,4	1,1	3,2	0,9	0,6	0,9	1,0
<b>Região Aut. dos Açores</b>	2,31	0,5	1,9	1,2	1,1	1,1	1,4	1,4	0,4	1,4
	1,9	0,6	3,2	1,3	1,3	1,2	1,3	1,0	0,6	1,1
<b>Região Aut. da Madeira</b>	0,5	0,4	2,1	1,9	1,4	1,1	1,3	1,1	0,6	1,0
	0,3	0,4	3,2	1,7	1,1	2,6	1,3	0,6	0,7	0,9

Notas: Os valores a cinzento referem-se aos índices de especialização para 1985 e a preto para o ano de 2005.

A seta é vertical se há uma manutenção entre 1985 e 2005 do grupo de actividade com maior índice de especialização para a unidade geográfica em análise, sendo de sentido ascendente ou descendente consoante se verificou, respectivamente, um acréscimo ou decréscimo do índice de especialização. A seta é horizontal se ocorreu uma mudança do grupo de actividade com maior índice de especialização para a unidade geográfica em análise.

Fonte: Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

diversificação da sua base económica), têm também atraído a especialização económica de algumas sub-regiões, nomeadamente no Minho-Lima, no Douro e no Pinhal Interior Sul. De entre elas a região duriense é a que teve uma maior taxa de crescimento das pessoas ao serviço nestas actividades (em 2005 empregavam quase 5500 pessoas, um valor 10 vezes superior ao registado em 1985, o que pode relacionar-se com a modernização e empresarialização da produção vinícola).

No caso do Alentejo a especialização em actividades do sector primário continua muito elevada, embora a tendência vá no sentido da sua redução, com excepção do Alentejo Litoral. Para isso contribui o facto de neste contexto outras actividades terem vindo a reforçar o seu peso na economia regional; por exemplo, a administração pública e a acção social em todas as Nut's3, mas também o alojamento e a restauração no Alentejo Central e no Baixo Alentejo como consequência do desenvolvimento do turismo rural e do turismo de habitação, assim como a construção civil, seguindo uma tendência comum ao país e, no caso da Lezíria do Tejo, os transportes e armazenagem por aí se localizarem algumas importantes plataformas logísticas.

#### **4. Conclusão**

Quanto à recomposição do tecido económico português o aspecto mais saliente destas duas primeiras décadas de integração europeia é o processo de desindustrialização, traduzido numa redução do emprego na indústria transformadora ao mesmo tempo que crescia a oferta de emprego no sector terciário, que se afirmou como o sector com maior importância na estrutura do emprego. Esta substituição do secundário pelo terciário foi tardia se compararmos com o que aconteceu noutros países Europeus e resultou quer do lento crescimento do emprego no terciário quer porque, logo após a adesão à CEE, os incentivos à modernização industrial e a atracção de investimento estrangeiro se repercutiram no crescimento do emprego industrial, durante a década de oitenta, em particular em indústrias intensivas em mão-de-obra. Estas rapidamente perderam competitividade no contexto de uma economia aberta e face à crescente concorrência internacional, pelo que se assistiu, numa fase seguinte que se iniciou logo na década de noventa, ao encerramento de muitas destas empresas e ao aumento do desemprego industrial. Em resultado deste processo observou-se um recuar da fronteira da área de especialização industrial que ficou mais confinada a concelhos do litoral Norte e Centro.

Ao mesmo tempo que o sector terciário passa a ser o sector dominante observa-se uma mais clara diferenciação interna. Por um lado, foi sobretudo o terciário menos qualificado que cresceu; o comércio foi a actividade que mais empresas e estabelecimentos gerou afirmando-se no topo da hierarquia da estrutura de emprego terciário e é a actividade dominante deste sector económico no maior número de concelhos. Por outro lado, ao nível da criação de emprego, em termos absolutos e relativos, os serviços que mais cresceram foram os serviços às empresas o

que se explica pelos baixos valores de partida mas também porque finalmente as outras actividades económicas perceberam a relevância do consumo de serviços qualificados no reforço da competitividade. Estes apresentam, como seria de esperar, um padrão locativo muito concentrado nas duas áreas urbanas de Lisboa e do Porto, devido à sua especificidade e à exigência de recrutamento de recursos humanos muito qualificados. Para além deles destacam-se os serviços relacionados com o turismo no Algarve e na Madeira, e os serviços de saúde e de acção social nos concelhos mais envelhecidos do interior, nos concelhos raianos e em algumas ilhas açorianas.

Poderíamos assim dizer que a terciarização, transversal a todo o território nacional, a par da clarificação da especialização regional em alguns concelhos e da diversificação noutras (quer no sentido do reforço das actividades primárias quer terciárias) foram as grandes tendências que resultaram da reconfiguração do tecido económico de Portugal nestas duas décadas de adesão à União Europeia.

### **Bibliografia**

Cabrita, Miguel (2005): “Emprego e protecção social em Portugal: perspectivas do presente e do futuro”, In Gustavo Cardoso (ed.). *20 Ideias para 2020. Inovar Portugal*, Porto: Campo das Letras. pp. 169-188.

MAOTDR (2007): “Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território”, Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

OECD (2006): “Economic Survey of Portugal: executive summary”, (<http://www.oecd.org>)

Proença, M; Carvalho, M F.; Sequeira, M.J (2003): “Acompanhamento do Processo de Convergência com a União Europeia”, DPP, Documento de Trabalho, Lisboa: Ministério da Finanças.

Reis, J (2007): “Ensaio de Economia Impura”, Coimbra: Almedina.

Strack, G. (2003): “High-tech and knowledge-intensive sectors creating employment in Europe”, *Eurostat – Statistics in focus*, 10/2003. pp1-6.

Vale, Mário (2006): “As actividades industriais”, In Carlos Medeiros (dir.), *Geografia de Portugal. Actividades económicas e espaço geográfico* (Vol. 3). Lisboa: Círculo de Leitores. pp.185-229.

Valente, Ana (2005): “Conhecimento e emprego: desafios para Portugal”, *Cadernos Sociedade e Trabalho*, 5, pp.3-18.